



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



SINASEFE diz “não” ao orçamento federal de 2019 para os banqueiros

No dia 31 de agosto de 2018, Temer e sua equipe econômica mandaram ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, que privilegia os banqueiros em detrimento de serviços públicos como saúde, educação e investimentos sociais, destinando 43,59% do orçamento federal para refinanciamento e pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

O orçamento federal para o ano de 2019 terá uma redução de 12% nos investimentos. Isso implica a não realização de compras de equipamentos, de construções de quadras, refeitórios e até mesmo de *campi* que nossa Rede Federal de Educação necessita. Impactará negativamente, ainda, nos serviços públicos de modo geral, prejudicando seriamente a população que necessita de assistência do Estado, sobretudo os mais pobres.

Essa medida, combinada com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que já impacta negativamente na prestação de serviços públicos à sociedade, colocará em risco o funcionamento das próprias instituições.

O governo também objetiva congelar o reajuste salarial de várias categorias do serviço público que estava previsto para janeiro de 2019, o qual, vale observar, não repõe sequer as perdas salariais. Por outro lado, a cúpula do Judiciário (ministros do STF, STJ, TSE etc) aprovou 16,38% de reajuste para si própria; isso, em valores absolutos, pode chegar a mais de 5 mil reais em seus salários, destacando que não se aplica aos servidores que trabalham no Judiciário. Importante lembrar que os técnico-administrativos das bases do SINASEFE e da Fasubra e também centenas de milhares de servidores do Executivo estão sem reajustes, acumulando uma perda salarial de mais de 23% em seus vencimentos.

Por tudo isso, devemos dizer **não** a esta proposta de orçamento que, em 2019, irá pagar 3,9 bilhões de reais por dia aos banqueiros, por meio de um sistema fraudulento da dívida pública. Esses recursos poderiam ser investidos em educação, saúde, assistência estudantil e infraestrutura, oferecendo à sociedade serviços públicos de qualidade.

O Congresso Nacional deve votar até o dia 22 de dezembro o orçamento de 2019. Assim, é preciso que cada servidor, junto com os usuários dos serviços públicos, encampem essa luta, reivindicando um orçamento federal que atenda às necessidades da classe trabalhadora!

Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, já!

Suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública, já!

Por um orçamento público para atender as necessidades da educação pública, gratuita e de qualidade!

Não ao orçamento de Temer que sucateia as instituições públicas e suspende o reajuste dos servidores!

Brasília-DF, 3 de setembro de 2018

Direção Nacional do SINASEFE



SCS, QD 2, BL C, ED SERRA DOURADA, SL 109/110 - CEP 70300-902 - BRASÍLIA - DF
FONE: (61) 2192-4050 - FAX (61) 21924095 - EMAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR
WWW.SINASEFE.ORG.BR